

**Em quem pensa
quem «responde» pelos Kuvale?**

Ruy Duarte de Carvalho
Universidade Agostinho Neto, Luanda

Valendo-se das suas longas investigações sobre e entre os Kuvale, povo pastor Herero do Sudoeste de Angola, o autor distingue três maneiras de «pensar» o político, «respondendo» por esta etnia. O homem comum Kuvale vê os conflitos violentos do período pós-colonial como normal, correspondendo de tal modo a uma longa tradição histórica que se tornou parte do seu modo de reprodução; é só quando toca este modo que a política se torna relevante. As autoridades tradicionais «pensarão» como o seu povo, mas o seu discurso é o encomendado pelo Estado. Finalmente, tanto os políticos como as pessoas/instituições preocupadas com o «desenvolvimento» pensam os Kuvale, e «respondem» por eles, em termos onde não entra nem o «pensar» nem a lógica de reprodução de uma população vista como objecto.

Drawing on his long standing research on and among the Kuvale, a Herero herder people in South-Western Angola, the author distinguishes three types of «thinking» on politics, about those who «answer» for the Kuvale. The Kuvale commoner sees the violent post-colonial conflicts as normal and corresponding to such a degree to a long historical tradition that they have become part of their mode of reproduction; politics becomes relevant only when it affects this mode. The traditional authorities think like their people, but their discourse is the one demanded by the state. Finally, the politicians as well as persons/institutions concerned with «development» think of the Kuvale, and «answer» for them, in terms which have little to do with either the «thinking» or the reproduction logics of a population seen as object.

Mettant à profit ses longues recherches sur et parmi les Kuvale, un peuple pasteur Herero du Sud-Ouest de l'Angola, l'auteur distingue trois manières de «penser» le politique. L'homme commun Kuvale voit les conflits de la période post-coloniale comme normaux et comme correspondant à tel degré à une longue tradition historique qu'ils sont devenus partie de leur mode de reproduction; la politique ne devient pertinente que dans la mesure où elle affecte ce mode. Les autorités traditionnelles «penseront» comme leur peuple, mais leur discours est celui que l'État leur demande. Finalement, tant les politiciens que les personnes/institutions préoccupées avec le «développement» pensent les Kuvale, et «répondent» pour eux, dans des termes qui ont peu à faire avec la «pensée» et la logique de reproduction d'une population vue comme objet.

Convocar

Angola quando se pretende melhorar a compreensão acerca das sociedades africanas contemporâneas, considerando as *dinâmicas* de mudança que ali ocorrem no contexto da evolução do continente¹, parece-me plenamente justificado e a bem dizer incontornável. Se de facto as guerras e os conflitos violentos têm sido traços marcantes da evolução política e social das sociedades africanas através da desagregação do tecido social e económico e do agravamento de problemas (...) que vários países comungam², Angola é um excelente caso de figura. E se parece indispensável tomar em consideração as condições e as razões, a natureza, o desenrolar e as consequências, a duração, os lugares, os protagonistas e os objectivos de qualquer guerra entendida como um processo complexo que implica um sistema político, uma economia e uma sociedade...³, Angola constitui um atraente, embora escorregadio, terreno.

Já considerar Angola a partir daquilo que apesar de tudo tenha sido possível produzir de dentro para dentro, no desconcerto de Angola, pode por outro lado parecer-me, para além de gratificante e generoso, arrojado. Porque haverá de admitir-se que daí possa advir um ângulo de visão menos ortodoxo ou menos de acordo com aquele que o conhecimento académico ocidental de ponta pratica sobre o que haverá a fazer face à ordem de fenómenos que tem conduzido Angola e o resto da África, e não só, àquilo em que se tornaram. Todavia, a sugestão de partir do meu trabalho sobre o pequeno grupo dos Kuvale pode induzir-me desde já é ao recurso à hipótese, tão cara aos antropólogos e afinal tão provinciana, talvez, de ensaiar – com a ambição comedida que me convém e calha –, uma percepção daquilo que, dentro do território temático das mudanças políticas em África, possa ter-se passado e estar a passar-se não só entre os Kuvale mas de uma maneira geral no resto do país⁴.

Os Kuvale, portanto...

...Pastores... Como os Himba, eles a norte e estes a sul do rio Kuroka, os Kuvale são o núcleo duro de uma cultura do gado e do leite que do canto sudoeste de Angola se projecta para Sul. Integram uma mancha de implicação clânica que no seu caso e no dos Himba fundamenta e regula toda a prática social que exercem no comum,

¹ Ver folheto da AEGIS, Março de 2002.

² Ver Calos CARDOSO & Manuel João RAMOS (2002), «Apresentação», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 2, pp. 7-9.

³ Ver R. MARCHAL & C. MESSIANT (2002), «De l'avidité des rebelles. L'analyse économique de la guerre civile selon Paul Collier», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 2, pp. 11-23.

⁴ É aliás o que, da forma que tenho julgado adequada, venho tentando fazer em relação aos materiais que até agora publiquei sobre os Kuvale, nomeadamente (e cito-os já porque terei necessidade de voltar a referi-los ao longo do texto): *Aviso à Navegação... olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da Província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do Sudoeste de Angola*, Luanda, 1997; *Vou lá Visitar Pastores ... exploração epistolar de um percurso angolano em território kuvale (1992-1997)*, Lisboa, 1999 e, reunindo artigos e intervenções dispersos, *Os Kuvale na História, nas Guerras e nas Crises*, Luanda, 2002.

mas se estende, em termos de reciprocidades e de obrigações, consanguinidades e alianças, a franjas muito ocidentalizadas, em Angola e na Namíbia, tanto de gente herero, como eles, como também nyaneka e ovambo. Os Kuvale garantem-se e reproduzem-se, entre o deserto do Namibe e o planalto da Huíla, segundo os modos, as operações e as razões de um sistema produtivo realizado e actualizado de acordo com uma matriz que é comum a toda a África pastoril e que terá viajado – a partir do Leste, ao nível dos Grandes Lagos, parece – com as migrações de populações pastoris bantas, ou bantuizadas ou que, pelo menos, terão dado origem a grupos cuja língua era banta quando chegaram, já sobre o tarde⁵, à costa sudoeste do que é hoje Angola.

É um sistema que se fundamenta numa estrita gestão de equilíbrio ecológico e de equilíbrio social: recursos (pastos, água, sal), meios (vacas, ovelhas e cabras), grupo de produção/grupo de consumo. Produz leite para exclusivo consumo interno, e carne, machos castrados, também para consumo, mas sobretudo para atender a encargos sociais e para trocar com o exterior. Produz também algum cereal. Mas esse cereal não chega para o consumo do grupo e tem que obter-se, em parte, através da troca. Era assim quando os Portugueses assinalaram aqueles pastores pela primeira vez, no segundo quartel do séc. XIX; era assim quando veio a independência e é assim hoje. Com a chegada dos Portugueses o cereal passou a ser trocado – junto com os panos, os agasalhos, apetrechos e catanas, sal e bebida – pelos bois machos criados sobretudo para isso mesmo. Com a independência este comércio sofreu um forte abalo e a incidência mercantil nunca mais retomou uma satisfatória regularidade ou uma qualquer eficiência segura. Os Kuvale deixaram de contar com essa fonte de abastecimento. «Encapsularam-se». Viraram-se para as relações de troca com os vizinhos, aquelas, talvez, que a expansão ocidental tinha perturbado antes. Foi a sua forma de «encapsulação», a sua resposta à crise. Por toda a parte de Angola e até hoje, em meu parecer, a encapsulação constou da resposta à crise⁶. Sociedades e grupos fecharam-se sobre si mesmos, refugiaram-se em contiguidades territoriais e em dispositivos ainda assim viáveis perante a desestruturação geral de Angola. Por todo o país sociedades de camponeses, algumas delas até muito articuladas, ao contrário dos Kuvale, ao sistema mercantil colonial, tiveram que reconverter-se a modalidades cada vez mais afins a uma economia estritamente doméstica, de subsistência, por falta de abastecimento de *inputs* e de escoamento de *outputs*. A diferença entre os pastores Kuvale e os agricultores do planalto do Huambo, por exemplo – ou apenas uma das diferenças, mas é esta que me interessa para aqui –, é que se os primeiros se empenharam apenas em repor algumas modalidades de interacção local de um sis-

⁵ Uma parte dos hoje chamados Kuvale só se terá instalado nos vales inferiores de alguns rios de enxurrada da actual Província do Namibe já na volta do séc. XVIII para o séc. XIX. Ver *Os Kuvale na História, nas Guerras e nas Crises*, Luanda, 2002.

⁶ Uma «encapsulação» que em meu entender atingiu Angola a todos os níveis, inclusive o da produção política e intelectual, ver em meu livro *Actas da Maianga*, Luanda, 2004.

tema até aí muito pouco perturbado pela ocidentalização, com os segundos o que se passou foi terem que reinventar um sistema de produção que, restringindo o horizonte das trocas, haveria fatalmente de repor alguma endogenia. Encontrei em 1996, não muito longe da cidade do Huambo, populações das mais ocidentalizadas entre as populações «rurais» de Angola a viverem da sua exclusiva produção doméstica havia mais de vinte anos⁷. A encapsulação inscreve-se assim em continuidades (históricas e outras) muito diferentes. Coloniais e presentes. Os Kuvale podem muito bem ser considerados como um caso extremo – tirando alguns grupos de caçadores-recolectores que subsistem e que também poderia assinalar mas que actuam de forma tão dispersa e discreta que na verdade mal se dão a ver e, nalguns casos, pelo menos, ilustram situações devidas também a processos de *encapsulização* recente – de minorias associadas, pelas assunções dominantes, a formações «tribais» ou «semi-tribais», não integradas ou mal integradas no modelo ocidental. Subsistem as estruturas, as instituições e os dispositivos que podem caracterizá-los como «sociedade tradicional», embora accionados sempre por uma permanente e muito flexível dinâmica de adaptação à interacção (ou à ausência dela) com a sociedade ou as sociedades envolventes, sem que no entanto a operacionalidade do sistema e das suas racionalidades e lógicas se tenha ainda visto posta completamente em causa. A resolução dos problemas mais frequentes, do comum, recorre ainda à gramática do modelo endógeno. Os Kuvale e certos grupos de camponeses⁸, assim, estes culturalmente muito marcados pela dinâmica mercantil do ocidente, aqueles com a sua cultura milenar do leite, a praticarem em simultâneo e em pleno uma economia doméstica de subsistência, colocados embora em posições extremas relativamente ao processo de ocidentalização. Actores, portanto, de diferentes ordens de continuidade no âmbito do mesmo processo (de que a independência do país, claro, tal como tudo o que se lhe tem seguido, e se há-de seguir, também faz parte).

De que maneira a cada grupo, e é isso também que o constitui como grupo, cabe uma determinada ordem de continuidade, ou de continuidades, que participa, com a temporalidade e a territorialidade, também, na determinação do seu lugar nas ordens de interacção do presente, é o que tenho andado a procurar saber, durante os últimos dez anos, junto dos Kuvale. Assim, quando sou solicitado para expor ou testemunhar sobre o seu pensamento social acerca do político, não posso deixar de regozijar-me, andando nesta altura virado para questões que não têm sido exactamente as minhas, com a convergência de certas avaliações e enunciações que vêm de facto confirmar-me, como não poderia talvez deixar de ser, que onde quer que se verifi-

⁷ Em *Actas da Maiança* são publicadas partes do meu diário de terreno referente ao trabalho que durante o ano de 1996 realizei a partir do Huambo.

⁸ Os camponeses do Huambo, por seu turno, serão também talvez, no contexto de Angola, um caso extremo, mas no seu caso de implicação com o modelo ocidental, quer através da incidência no seu sistema produtivo de uma actividade comercial intensa por parte de Europeus atraídos pela densidade demográfica do Planalto Central, quer também, e na decorrência deste mesmo dado, pela antiga, intensa e constante mobilização de importantes contingentes de mão-de-obra chamados a servir por toda a colónia empresarial (transportes, agricultura industrial – cana do açúcar, sisal, café, etc. – pesca, minas, etc.).

quem diferenças socioculturais que distinguem grupos produtores e receptores de uma memória social dentro de um mesmo projecto de integração regional ou estatal das populações, existem, ou coexistem, *diferentes narrações de referencialidade e cronicidade locais, diferentes maneiras de construir continuidades* que geram a simultaneidade de diferentes histórias, de diferentes temporalidades, de diferentes maneiras de «temporalizar» o passado dentro de um mesmo território inscrito nas problemáticas de uma geografia política actual⁹. Múltiplas memórias, a que correspondem múltiplas narrativas, cada uma delas tendendo a constituir-se, localmente, como uma memória emblemática diferenciada da memória hegemónica no seio da formação política nacional com que se articulam¹⁰. Expressões portanto de um pensamento social cuja percepção advém da produção de imagens e de representações sociais que procuram criar uma realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação¹¹. Eis-me assim perante uma articulação de enunciações que me remete, sem hesitação, por um lado a muito do que tenho escrito sobre os Kuvale, e, pelo outro, a situar a própria continuidade das colocações «políticas» que lhes tenho atribuído numa ordem de continuidade que será a das suas percepções e expressões políticas ao longo do processo memorizável, referenciável, que conduziu ao quadro político da Angola actual, o «agora» local confrontado ao «agora» nacional, podendo até ensaiar ver este «todo» aferido à questão da guerra, o que aliás virá muito a propósito: o tempo político da Angola deste momento, o mesmo, exacto, que promove o interesse e a urgência em saber-se o que experimentam e exprimem os actores sociais em relação ao «político», é o do presumível, conjecturável e unanimemente desejado, espero, fim de uma guerra que para muitas populações durou 40 anos ...

Continuidades & Memória Social

Como se situam os Kuvale em relação a essa guerra e à conjuntura «política» que a enquadra, em que altura da sua «leitura» da continuidade histórica e social ela vem revelar-se, como se pode presumir que a tenham experimentado, como exprimem agora essa experiência e com ela o seu posicionamento político em relação à situação actual? Em meu entender, e por mais bizarro que possa parecer à primeira vista, para os Kuvale esta guerra a que entretanto já chegou o seu fim, não se articula nem à guerra de libertação, que se iniciou em 1961, nem sucede, como para uma outra grande parte das populações angolanas, a um período de administração colonial consoli-

⁹ Ver W. ROWE (2000), «Memoria, continuidad, multitemporalidad» in M. LIENHARD (org.), *La memoria popular e sus transformaciones: América Latina y países luso-africanos*, Frankfurt/Madrid, pp. 43-51.

¹⁰ Ver J. GAMARRA (2001), «Religion, reconciliation and memory in Peruvian Andean communities», comunicação apresentada ao colóquio *Attori della violenza, attori della riconciliazione*, Cortona, 15-16 de Junho de 2001.

¹¹ P. M. FERREIRA (2002), «Identities étnicas e violência: uma aproximação teórica ao caso Hutu – Tutsi», in *Cadernos de Estudos Africanos*, 2, pp. 103-139

dada. Antes se inscreve numa continuidade que elege como referência memorizável imediatamente anterior o último acto das muito remotas, para a generalidade dos Angolanos, guerras coloniais de «pacificação». Quando eclodiu a «guerra de libertação nacional», em 1961, ainda não tinham passado 20 anos desde que a «guerra dos Mucubais», movida pela administração e pela tropa portuguesas, por pouco não os ia dizimando. Foi a guerra do *Kakombola*, a guerra total, a última de uma regular sucessão de «rusgas» que durou cerca de 100 anos e não se interrompeu com a consumação da tranquilidade militar imposta a toda a colónia desde o princípio da terceira década do séc. XX, antes prevaleceu por mais duas décadas, constante, utilizando sempre tropa indígena enquadrada por figuras europeias ou europeizadas da cena colonial, administrativos, militares e civis, desde o tempo dos capitães-mores, em que tudo se confundia. A documentação publicada a que tenho recorrido informa que os capitães-mores de Quilengues, quando acharam que já não dava para raziar mais, ou só, os Tyilengue, se voltaram então para os Kuvale, a Sul, passando a usar aqueles como auxiliares a quem caberia uma parte do gado raziado. Razia implica contra-razia, ou comporta-a mesmo desde que a circulação de gado que assim se estabelece seja entendida como um dispositivo integrado nos e pelos sistemas pastoris. Assim, ao longo de 100 anos, de meados do séc. XIX a meados do séc. XX, manteve-se uma guerra que não foi só uma guerra entre Kuvale e Portugueses mas também, e muito insidiosamente, uma guerra entre os Kuvale e os seus imediatos vizinhos a Norte. 1941 vem pôr fim a essa continuidade. Mas deixará os Kuvale em muito má situação, uma grande parte sepultada em valas-comuns e outra grande parte deportada para São Tomé. A estes, quando os mandaram voltar dois anos depois, as autoridades portuguesas, por determinação e oportunidade políticas, pagaram-lhes salários acumulados como se ali tivessem estado na qualidade de mão-de-obra rural contratada. Com esse dinheiro, mais o que foram ganhar na estiva do porto de Moçâmedes e o que realizaram cultivando milho para vender, os Kuvale, desde meados dos anos 40, compraram, criaram e trocaram bois até recompor os seus rebanhos e o seu sistema produtivo, ao qual, em 1975, a bem dizer só faltava, para reconfigurar um sistema pastoril inteiramente clássico, a reabilitação da razia e da contra-razia. Ora foi exactamente essa possibilidade que a nova conjuntura lhes veio trazer, ou impor, ao determinar-lhes a participação na guerra que se sehuviu à independência. Segundo a ordem de continuidade que acabo de tentar sintetizar, a memória de uma qualquer guerra que os Kuvale guardavam nessa altura, e muito presente ainda (alguns homens ainda jovens, com menos de 40 anos, tinham nascido no tempo dela), não era pois a da guerra de libertação, era a de uma guerra que se processara ainda na continuidade e nos termos de uma guerra de ocupação colonial, com a sua componente, como atrás referi, de utilizar «indígenas» contra «indígenas». Será simplificar, reduzir, eu sei – mas não posso, pela minha parte, exprimir-me aqui doutra maneira –, dizer que quando em 1974 passou a entender-se que ia haver uma guerra em Angola à dimensão de todo o território e a constar, entre os

Kuvale, que os seus vizinhos a Norte, seus opositores complementares, estavam a ser armados por um dos Movimentos de Libertação que iam intervir na disputa pelo poder central, lhes terá ocorrido como operação lógica, perfeitamente inteligível, aceitar as armas que um outro Movimento lhes colocava à disposição¹². Era uma opção que se inscrevia no registo de uma continuidade de que só eles, talvez, tivessem a percepção¹³. Mas a percepção dessa percepção tem-me ajudado, no que me diz respeito, a entender muita coisa. Inclusive de que forma o poder central surgido com a independência, que felizmente para os Kuvale veio a pertencer ao Movimento com que se tinham aliado, não pode talvez ter deixado de ser considerado, pelo grupo, como inscrito numa continuidade de poderes exógenos, de poderes urdidos segundo um modelo exógeno, antes o dos Portugueses e agora o de nacionais ocidentalizados, percepção só possível, e por outro lado inevitável, porque da sua parte se tinha mantido em pleno funcionamento um sistema endógeno, tanto económico como de controle das relações internas, político portanto. É a partir destas percepções que me é possível assinalar a distância a que o Estado, e a política que o envolve, e a política que é reportada à situação de Angola, são vistos a partir dali.

Memória & Expressão

Os terrenos que definem, no quotidiano e na prática comum destas populações, os conflitos e a colisão de interesses, a resolução dos diferendos e o exercício e a acação do poder e do controle, o «espaço político», assim, no qual se movem, situa-se predominantemente à margem das instituições políticas do poder central e inscreve-se sobretudo no quadro das instituições endógenas, nomeadamente a do parentesco, com as suas relações de reciprocidade e de solidariedade, que passam pela consanguinidade, através da descendência e da filiação, pela aliança entre grupos, principalmente através do casamento e de um sistema de penalizações, de «multas», segundo um processo que está constantemente a ser actualizado e revitalizado pela via das prestações matrimoniais, dos dispositivos de controle e por outras instituições como a das classes de idade. É esse o espaço do exercício do poder e do controle sobre os sujeitos, e dos deveres e dos direitos desses mesmos sujeitos face a essa mesma soci-

¹² Os Kuvale aliam-se ao MPLA, os seus vizinhos do Norte à UNITA. Não estarei certamente sozinho se sugerir que dificilmente poderá avaliar a situação actual de Angola, ou outras equivalentes, quem não se detiver na especificidade das implicações diferenciadas dos diferentes grupos que a vivem e têm vivido no decurso deste passado imediato de guerra, de desestruturação, de normalização da precariedade, de sedimentação de todas as precariedades. Quer dizer, das suas inscrições na guerra e nos campos partidários que a têm configurado, segundo opções e determinações que, mesmo naqueles casos que na sua génese comportam uma fundamentação ideológica, de cariz nacionalista, dizem respeito também, evidentemente a *appartenances* grupais, territoriais, sociais e sociológicas (cor e estatuto, por exemplo, no passado colonial), e mesmo aleatórias.

¹³ Qualquer um dos três livros que atrás indiquei, referidos explicitamente aos Kuvale, trata esta matéria com maior detalhe.

idade. Pouco terá a ver com os contornos que o «político» assume nas referências mais comuns aplicadas ao momento que Angola estará a viver e que têm sobretudo em conta um possível campo da participação e da intervenção cívica no espaço das instituições políticas do poder central. Num processo de mudança como o que vive uma sociedade como a dos Kuvale, o que importa talvez, e é tido em conta, é que existe um Estado que à sua maneira e de acordo com as suas capacidades e, nos tempos que correm, sobretudo talvez com as suas fragilidades e distorções, sempre se fará presente. Mas as reconfigurações políticas e do Estado pouco se têm projectado ali, de facto. A percepção do Estado será entre os Kuvale sobretudo a das acções desenvolvidas por um poder que ao manifestar-se induz implicitamente outra percepção: a da pressão da ocidentalização, dos modelos e das práticas nos quais se inscreve a configuração de um Estado moderno. Ora essas acções emanam directamente e imediatamente dos núcleos de poder de Estado que são as esparsas sedes municipais e comunais implantados na vastidão semidesértica que é o território dos Kuvale e que na maioria dos casos revelam aspectos muito caricaturais daquilo que poderia ser, de facto, uma administração adequada e aferida às chamadas realidades locais. São escassos os contactos directos das populações pastorais com uma administração que raramente vem até elas. A assistência sanitária às pessoas e aos animais, brigadas de vacinação, por exemplo, deixaram há muito de constituir uma expectativa e, nalguns lugares, se ainda assim certos administrativos e funcionários se vão dando ocasionalmente a ver, é porque são movidos pelo interesse do comércio paralelo que exercem a partir das suas funções oficiais. Há todavia contactos pontuais com os dispositivos de poder concentrados nas sedes. Mas ainda esses, ligados na maioria dos casos a questões de crimes, diferendos e justiça, são mais da ordem daqueles que o mais prudente é evitar¹⁴. No comum será mais avisado pretender resolver esse tipo de questões ao nível mais estritamente local possível, articulando o modelo e o código endógenos à pura representação do poder central que poderá constituir a constrangedora subalternidade de uma humilde «autoridade tradicional» designada na zona. Quando a questão transita para a «comuna» ou para o «município», então é certo que o código endógeno e o código exógeno se virão a confrontar e, logo, a complementar-se segundo o arbítrio dos que zelam pela legitimidade formal do último. Que daí resulte um atropelo de códigos e de direitos que ignora por completo mesmo os consensos universalmente admitidos e oficializados quanto a direitos de minorias e de culturas diferenciadas, e faz do primado dos direitos do homem, fixados segundo a cultura ocidental, mais um dos instrumentos que impõe o império de uma exclusiva razão ocidental ao universo inteiro, parece-me tão imediatamente explícito que me dispense, aqui e agora, de ir mais além. Importar-me-ia mais reter que o que

¹⁴ O recurso aos dispositivos endógenos de controle após a independência, por completa ausência de quaisquer outros, nalguns casos e nalgumas sociedades recuperando modalidades há muito proscritas pela colonização ou tidas por «obscurantistas» pelo «tempo político» que se lhe seguiu, como a adivinhação, foi uma das primeiras manifestações de processos de encapsulação, a que atrás fiz referência.

se dá aí a ver, ao sujeito comum, como expressão do Estado, é antes o exercício de agentes da administração, da polícia, do «partido», da milícia, e das próprias «autoridades tradicionais» que actuam directamente ligadas ao aparelho, todos investidos em dinâmicas que pouco terão a ver, no quotidiano imediato, com um qualquer interesse comum.

Devolvido ao contexto da sua actuação produtiva e social, que juízo ou colocação perante a situação política angolana, da qual transcorre e o lugar que lhe há-de caber nela, poderá produzir esse sujeito comum? A partir de uma certa implantação nos meus terrenos de inquérito eu posso de facto recolher testemunhos como: «*enquanto a guerra deles não for para comer o que é nosso...*», etc.. Mas valerá a pena multiplicar este tipo de testemunhos? Seriam essas as evidências empíricas que importaria trazer para aqui? Só se fosse para cotejá-los com outros testemunhos equivalentes e recolhidos noutros contextos, como alguns que trouxe do Huambo e outros, bem expressivos e tocantes, que podem provir de campos de deslocados, por exemplo¹⁵, e confirmar assim que em termos de distanciação das populações em relação ao Estado e aos caminhos e descaminhos da situação política actual e do seu lugar nela, como insinuei atrás, esse é um quadro muito comum por toda a Angola. Segue-se daí a necessidade de insistir na questão de saber de que forma diferentes articulações de memória chamadas a conferir sentido ao presente, ligadas no caso dos Kuvale a um processo secular de penetração de modalidades ocidentais de poder político e nos dos camponeses da maioria do resto de Angola à desestruturação, ligada ou não à guerra, do passado mais recente, podem conduzir a situações que, do ponto de vista do «político», da postura política, da participação política em termos pragmáticos, talvez não se distanciem assim tanto entre si.

Expressão & Experiência

Um sujeito comum do grupo dos Kuvale pode até parecer-me tão distante das preocupações que trago, quando venho observá-lo ou visitá-lo, que corro o risco de lhe atribuir indiferença, alienação ou alheamento face ao que se passa no resto de Angola. Ele anda na sua vida e o «político», para ele, remete antes de mais, certamente, ao «político» inserido nas relações imediatas que lhe pautam a acção tanto no interior do território do exercício do grupo como com as margens que o envolvem e em que também se move. E não será só assim porque se trata de um «primitivo» accionado por lógicas «arcaicas e caducas», como até alguns dirigentes Angolanos dirão. Na Angola que tenho atravessado, às vezes por caminhos fora de uso há muito, have-

¹⁵ Ver, para o caso, F. ANDRADE [org.] (2000), *Isto é uma vida de improvisos: Estudo sobre deslocados em Malange e Benguela* (1997), Luanda.

rá dias em que, ao mesmo tempo que, estou certo, não passa pela cabeça dos dirigentes o drama dos dirigidos, também na destes não ocorre a existência daqueles. A luta imediata pela vida haverá de ocupar-lhes totalmente a cabeça e a energia física. Mas ele reagirá vivamente se pressentir que lhe querem vir mexer com os seus bois. Ou que lhe querem coarctar a mobilidade que é a garantia da transumância que lhe propicia o leite e a carne e a produção de excedentes que, pela via da troca, poderá converter em cereal e mercadorias vindas de fora desde que o Estado dê um jeito às estradas e crie as condições para que ali chegue algum comércio. São essas as questões «políticas» que mais directamente podem implicar a sua viabilidade, pessoal e social. Não haverá percepção sua do passado, nem do presente, nem do futuro, que não se constitua, também, como uma aferição de expectativas conjecturáveis segundo as referências do modelo pastoril.

Mas não será, certamente, ele quem me vai dizer, neste tempo em que «*a real move towards the cultural and social mobilisation of subjectivity*»¹⁶ está na crista da onda, que a sua subjectividade pessoal e grupal o coloca na linha de fogo de uma temporalidade política que é também, em pleno século XXI, a do avanço indetenível da ocidentalização. A colidir, ainda, com um sistema que funciona há milhares de anos dentro de uma continuidade cultural que não é a do Ocidente. Ele pode disponibilizar-me o testemunho da sua experiência, mas eu não vou tentar obter dele um discurso que me proponha de imediato a configuração do pensamento social do grupo. E no entanto é ele quem, através do seu testemunho, da sua subjectividade de pessoa e de sujeito integrante de um «nós», de um grupo, me vai por ao corrente dos acontecimentos, das condições, dos sentimentos, das razões, das convicções, das crenças que hão-de conduzir-me à extracção de alguns dos «meus» resultados.

Nem tão pouco será aquele interlocutor obrigatório que encontro sempre antes e depois do cidadão pastor, e por quem tenho «fatalmente» que passar (são imperativos da inquirição comum), quem me vai exprimir pronta, espontânea e abertamente o tal pensamento colectivo e social do grupo de interesses que ele é suposto representar. Estou evidentemente a falar, já que estou a tratar dos Kuvale, das chamadas «autoridades tradicionais», e neste caso muito tradicionais porque a resolução da sua prática de vida também passa pelos códigos do sistema donde, enquanto autoridade, foram feitas emergir¹⁷. Mas passa também pelos códigos da administração, da delegação local do poder central, e logo assim ele terá que jogar nos dois registos. Por isso mesmo, embora talvez nem só, não será ainda ele, na sua qualidade de «chefe», logo supostamente porta-voz dos interesses dos «seus», quem me transmitirá que a especificidade identitária dos Kuvale, logo a sua subjectividade política, não poderá deixar de colocá-los, no exacto tempo que transcorre, e se sucede, perante perigos «políticos» maiores para o grupo, como por exemplo aquele que pode levar a insinu-

¹⁶ K. LOVE & alii. (2000), *Experience: Four essays on experience*, London.

¹⁷ Digo assim porque no caso dos Kuvale foi a ocidentalização que produziu a figura do chefe local, como aconteceu, por toda a África, junto das sociedades sem modalidades formais de poder político personalizado e centralizado.

ar a interrogação de se de facto as suas guerras terão terminado com esta agora, já que até mesmo esta agora se veio a inscrever, para eles, numa história, numa memória, de razias e contra-razias¹⁸. Porque afinal o corredor de Quilengues, território entre duas identidades pastoris, é, desde que se sabe, teatro de «guerras» (razias, contra-razias), e não há força administrativa, militar ou policial que ali vá parar que não acabe por ver-se envolvida em circulação de gado pela via do «roubo» e porque, dimensão mais vasta, as lógicas, as pragmáticas pastoris tendem, têm tendido por toda a África, por todo o mundo, mesmo, a transitar da razia «étnica», tradicional, endógena, para o verdadeiro roubo de gado dentro do sistema mercantil ocidental¹⁹. Tanto quanto sei e tenho experimentado, quer as chamadas autoridades tradicionais – as «elites» locais chamadas a integrar o Estado, o «partido», o poder, e muito utilizadas como informantes sobretudo por peritos e por pesquisadores com pressa – quer qualquer informante ou intérprete sugerido pelos apoios oficiais que o trabalho de terreno não pode dispensar, repartem o que dizem entre o que mais lhes convém fazer ouvir e o que presumem que o inquiridor está à espera de, mais do que saber, confirmar. Dizem o que lhes parece correcto, ou que convém, individual ou colectivamente – mas raramente no sentido do interesse geral comum –, dentro do campo de comunicação que se estabelece e onde a reprodução do que se disser virá a ter incidência²⁰. E segundo, seguramente também, as suas estratégias pessoais em relação às duas frentes que simultaneamente representam: o seu grupo e o poder central. A questão, às vezes, é saber quando e como representam quem e o quê, o «povo» donde emergem ou a administração a que se articulam. Esta é, evidentemente, uma questão que há-de pôr-se também, por exemplo e inevitavelmente, quanto aos deputados eleitos pelas Províncias, pelas regiões, e quanto à adequação do modelo democrático transferido assim tal qual para contextos como o nosso²¹. Mas só estou a querer ocupar-me de matéria que me poderia levar a perguntar «em quem pensam as autoridades tradicionais?», tal como a certa altura do passado recente perguntei «Em quem pensam os políticos?»²².

Porque aliás também não vão ser aqueles que constituem e tentam enquadrar as «autoridades tradicionais», os políticos do poder central, portanto, quem me vai revelar a sua subjectividade política de «elites» nacionais, dizendo que o Estado (qualquer Estado de configuração moderna) não pode deixar de identificar um problema a mais quando no território que governa tem que lidar com sociedades pastoris ou mesmo só vestígios que delas possam haver, ou de sistemas endógenos capa-

¹⁸ Ver «O futuro já começou?» in *Os Kuvale na História, nas Guerras e nas Crises*, Luanda, 2002.

¹⁹ Ver *Aviso à Navegação... olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da Província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do Sudoeste de Angola*, Luanda, 1997; e *Vou lá Visitar Pastores ... exploração epistolar de um percurso angolano em território kuvale (1992-1997)*, Lisboa, 1999.

²⁰ Ver o que escrevi sobre os «key informants» em *Aviso à Navegação... olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da Província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do Sudoeste de Angola*, Luanda, 1997.

²¹ Esta questão das representatividades, bem como outras apenas afloradas neste texto, são de uma forma ou outra abordadas nas *Actas da Maianga*, Luanda, 2004.

²² Em *A câmara, a escrita e a coisa dita: Fitas, textos e palestras*, Luanda, 1997.

zes de manter-se e reproduzir-se fora do seu controle. E que são eles os agentes actuais da incidência e da expansão ocidental, a ponto de se verem por inerência prontos a sacrificar (a imolar) ao desenvolvimento e ao progresso, ao futuro, gerações e sociedades inteiras mesmo quando isso puder significar que populações que até aqui conseguiram fazer face à crise actuando dentro dos seus sistemas de produção, como os Kuvale, os vejam sob ameaça obstinada de aniquilação ou se esteja assim a condenar à improdutividade dos recursos de superfície e ao vazio populacional uma extensa porção de território nacional, porque de facto nem sempre será possível, segundo as lógicas do progresso e do desenvolvimento, transformar pastorícia em pecuária. E produzir bois, ali, só mesmo «eles» é que sabem, e isto para só falar dos Kuvale.

É por isso que me ocorre que qualquer indagação sobre as subjectividades grupais à volta do «político» com vista a uma aferição das actualidades políticas em curso, não poderá deixar de incluir as imagens e as representações que as elites dirigentes produzem e cultivam em relação às sociedades a quem impõem a sua decisão. Pela minha parte estou em crer que, quanto à situação que me diz imediatamente respeito, como analista e como cidadão, que é a de Angola, as «elites» que integram e governam o poder central, tendo neste momento para resolver problemas tão graves e prementes como o reassentamento das tropas dos ex-rebeldes e de deslocados e precarizados a necessitar de ajuda e que por si só constituem mais de um terço da população nacional, com outro terço apinhado à volta dos grandes centros urbanos, com estradas a refazer e outros caminhos a viabilizar, como o de um programa de eleições que mais tarde ou mais cedo terá que ser levado a cabo, se nalguma circunstância os Kuvale lhes vierem à cabeça será talvez para concluir que já é tempo de os controlar, integrar nas ideologias dominantes e meter na ordem. Tudo, aliás, parece concorrer nesse sentido. Ninguém se atreverá a negar que Angola precisa desenvolver-se e adequar-se à ordem geral das dinâmicas universais. E não adianta dizer que não é contra isso que alguns de nós se insurgem. Apenas sugeriríamos que fossem tomados em conta os custos sociais mais imediatamente perceptíveis de um «desenvolvimento» precipitado e voluntarista, e os do progresso mais ou menos idealista e ideologizado, e apostólico embora laico e adaptado, por agências e organizações, à África de agora. Não adiantará sequer tentar explicitar que esta rendição cega às razões e aos programas da ocidentalização sem ter em conta as especificidades locais se traduz também por uma rendição às estratégias e aos interesses das elites ocidentalizadas que detêm o poder através de todos os regimes a que se vão sucessivamente adaptando, a ponto de nos vermos sempre perante os mesmos actores e os mesmos procedimentos, inclusive os da produção e da imposição das versões de «cultura», de memória, de juízo e de interpretação do «político», de produção e imposição de um «pensamento social» adaptados à manutenção e à reprodução das vantagens que detêm.

Expressões & Análise

São coisas que os analistas sabem: a memória dos sectores dominantes tende a constituir-se como a memória dominante numa sociedade dada, passa a estruturar o discurso de uma memória popular moldada por décadas de discriminação, de violência e de reconstruções ideológicas de toda a ordem, que a intervenção brutal dos agentes do colonialismo accionava antes e mais tarde passou a constituir programa de grupos dominantes que valorizam sua própria cultura, ou a cultura que assimilaram e os colocou no poder, procurando instituí-la como «o modelo», ao mesmo tempo que rejeitam as culturas dos grupos diferenciados, através de mecanismos e de dispositivos adequados nos quais se inclui também, e cada vez mais, a desinformação pelos meios de comunicação globalizados²³.

É claro que os cientistas sociais, os pesquisadores, têm certamente tudo isto em conta e, mais ainda, que nestas questões de imposição de domínios e de programas importa a todos, e cada um o dirá à sua maneira, não perder de vista uma colocação global das configurações socio-políticas locais, os seus laços com o exterior, as políticas da comunidade internacional e o papel dos actores exteriores²⁴. E sabem seguramente também, ninguém pode deixar de sabê-lo hoje, que o exercício das suas próprias análises, impossível nos termos em que se manifestam desde que não se fundamentem em pressupostos de cariz ocidental-modernista, os coloca na posição, precisamente, de actores exteriores cujo próprio saber participa na expansão e consolidação de um modelo ocidental nem sempre atento às condições locais, inclusive as de um saber local, tal como acontece com a aplicação de outras causas justas e nobres, a dos direitos humanos, por exemplo. Tanto assim que não me parece necessário sublinhar que não estou a emitir nenhum julgamento de valor, mas apenas a referir uma evidência: não lhes passará também sem dúvida despercebido que tudo quanto eu possa estar a dizer, a respeito de subjectividades, comporta também todos os sinais da minha própria subjectividade. Tudo o que me parece adequado à caracterização de uma subjectividade kuvale, é disso que de há dez anos a esta parte ando à procura, foi o que apreendi sem que os Kuvale nem ninguém mo tenham dito explicitamente. É, como fatalmente e sobejamente se sabe, produto de interpretação²⁵.

²³ Ver M. LIENHARD (org.), *La memoria popular e sus transformaciones: América Latina y países luso-africanos*, Frankfurt/Madrid.

²⁴ R. MARCHAL & C. MESSIANT (2002), «De l'avidité des rebelles. L'analyse économique de la guerre civile selon Paul Collier», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 2, pp. 11-23.

²⁵ Para o leitor não especialista, que de alguma forma me importa admitir, e até desejar, não hesitaria em insistir dizendo que o que eu posso inferir das subjectividades alheias não é tanto o que extraio de tais subjectividades tal como elas me são expostas, propostas, quanto daquelas que lhes imputo porque o meu ofício é ver e ler com isso em vista e com todos os recursos disponíveis e com todas as reservas investidas. Todo esse desdobrar de subjectividades leva a marca da subjectividade minha, pessoal e colectiva, e pessoal e colectiva de muitas maneiras, que fiz intervir tanto no tempo da recolha ou da consulta dos materiais e como no da produção dos resultados. E todas essas subjectividades, identificadas e prontas para desdobrar em tipologias, já usadas ou inéditas, não serão tanto as que se manifestam à minha própria subjectividade, pessoal e colectiva, quanto aquelas que essa minha própria subjectividade reconhece por detrás do que me é enunciado.

Experiência, interpretação, avaliação e enunciação, expressão, serão componentes obrigatórias tanto de quem recolhe testemunhos para depois analisá-los como de quem testemunha perante quem se propõe analisar. Parece-me ser hoje uma aquisição banalizada do saber «científico», ocidental portanto, a consciência de que até nos tribunais e nas polícias judiciárias a percepção do conteúdo dos testemunhos está sempre sujeita a ver-se influenciada pela maneira como o investigador entende e transcreve a narrativa. Que há uma barreira entre aquilo que cada um diz e aquilo que o distingue do que diz. Que uma subjectividade só pode ser apreendida desde que seja possível apreender uma distância sempre presente entre as palavras e quem as profere; que uma ocultação ou uma elaboração verbal podem ser mais reveladoras do que uma confissão; e que, verdade por verdade, também até um esforço honesto para incluir tudo, ou traduzir, numa interpretação analítica global, que talvez comporte sempre a tendência para dizer tudo, pode também constituir uma mentira, já que o «tudo» não pode ser dito e a pretensão de o poder fazer é também, já em si, uma falsa preposição²⁶.

O *impasse*, pois. Que assim eu próprio constituo para poder continuar a encarar as interrogações de sempre, que o tempo vai recolocando de maneira diferente, conforme os lugares, as condições e o curso, os cursos, da história e dos saberes, mas a que de uma forma ou de outra cada um, dê ou não notícia disso, e desde os alvares das disciplinas que são as nossas, vai sempre tendo que ir dando resposta. Que se recolhe e diz? E sobre o quê e para dizer o quê e a quem?

Análise & Implicações

A condição do observador e do analista que se vê de forma pessoal implicado na prática social daqueles a quem observa, e de maneira subjectiva na apreciação da matéria de que se ocupa, não consta, parece, que no comum dos casos possa abonar a favor da cientificidade dos resultados que obtém e se atreve a disponibilizar. Nos terrenos ou nos terreiros onde são chamados a revelar-se, a esses resultados não será conferido, muitas das vezes, senão o estatuto de «testemunhos». E essa será, em certas situações, a melhor das hipóteses. A não ser que se exceda em exercícios de retórica e em enunciações teóricas e de referências que muitas vezes não visam mais do que organizar defesas em relação a tais imputações. E acabam por denunciar-se em caricaturas. Por isso, sinal dos tempos de interrogação generalizada que nas últimas duas décadas tem também envolvido as disciplinas da análise social, ou emanção do meu próprio tempo pessoal, o que me vem ocorrendo cada vez com maior frequência é não me poder deter apenas no campo temático que os enunciados das

²⁶ Ver K. LOVE & alii. (2000), *Experience: Four essays on experience*, London.

organizações que montam debates propõem como território aonde colocar o meu «objecto». Antes tentar, convocando para isso o ponto de vista que o meu trabalho me sugere como sendo o do meu «objecto», e articulando-o ao meu – já que nem sempre me parece, é evidente, coincidirem – antes tentar interpelar também o território temático que os enunciados propõem considerando-o como produto, e também determinado pelas implicações e pelas subjectividades que as constituem e lhes dizem respeito, de comunidades das ciências sociais, ou dos cientistas sociais, viradas para estas coisas. Quer dizer, tento colocar-me também, e tanto quanto possível fazendo coro com o meu «objecto», numa posição que se atreva a observar o «observador clássico», isto é, o «outro», senão o meu pelo menos, seguramente, o do meu observado. Reflexibilidades vulgares. É que a minha implicação pessoal nos meus terrenos de observação, a que atrás aludi, se por um lado, não discuto, pode afectar ou pode mesmo ter que afectar, obrigatoriamente, sobretudo o sentido a que os resultados que insinuo podem apontar, também a prezo como a única maneira de ver, de poder ver o meu «objecto» inscrito nos horizontes precisos da interacção que o constituem como tal e que, projectados em envolvimentos territoriais, sociais, etc., ou administrativos ou políticos, acabam também por ser os meus. De uma maneira ou de outra, e quanto mais não seja a nível de uma cidadania comum por mais distintamente que ela seja vivida, estamos «no mesmo barco», há até «coisas» que nos afligem ao mesmo tempo e da mesma maneira e outras que tanto contam para «eles» como para mim, por mais bizarro ou mesmo falacioso que possa parecer. O meu horizonte de interacção local, nacional, o meu «dentro», portanto, constituindo assim o imediato «fora» da interacção do meu «objecto». Entre o observador e o observado, desta forma, um campo de percepção comum que se situa num «lugar» que não é exclusivamente o das relações do inquirido e da observação, ou então que as envolve, e que conduz à evidência da presença inarredável de implicações, cívicas, quanto mais não seja, que nos investem, a mim e ao meu objecto – e até mesmo no que possa dizer respeito às antinomias que daí hão-de resultar -, na condição de «nós».

Ainda assim, projectos ...

Pelo que, ainda assim, ou por isso mesmo, a continuar no activo (e ainda e sempre consciente e descaradamente motivado e condicionado por uma patética ansiedade de que isso pudesse vir a servir de alguma forma à conjectura de uma certa, que não há-de ser só a minha, hipótese de Angola), gostaria de ver discutir – dentro por exemplo de um debate que se propõe criar sinergias entre especialistas e instituições para melhorar a compreensão acerca das sociedades africanas contemporâneas – gostaria de ver discutir a eterna questão, posta agora, do abismo entre saber e poder, da constituição e da produção do saber em situações de poder como aquelas que

mais imediatamente nos dizem respeito e a partir do manancial de evidências empíricas que se nos oferecem. Tanto mais que é notório o intenso trânsito de ex-políticos e de pré-políticos africanos, condições nalguns casos substantivadas pelos mesmos sujeitos, nalguns círculos académicos vocacionados para o desenvolvimento de estudos sobre problemas como os que temos estado a tratar. Ora sendo que o próprio do intelectual, do pesquisador, é ter e cultivar dúvidas, ou vê-las constantemente renovadas a partir dos resultados que obtém, e o do político é ter certezas, caso contrário não pode actuar como se lhe pede²⁷, é claro que gostaria de ver *impasses* desses debatidos em relação a África, e nomeadamente a Angola, onde, como acabo de ouvir na rádio e dito por um dirigente sindical, os políticos, ao que parece, são alérgicos à ciência. E sabendo também, como todos sabemos, que o pesquisador, quando solicitado pelos políticos – por quem decide – tem quase sempre que agir como «perito», uma vez que qualquer texto que vier a produzir não deverá exceder cinco páginas, caso contrário ninguém o lê, também me pergunto (embora, sim, ache muito bem que se pretenda aprofundar a compreensão das causas, da fenomenologia dos nossos problemas com vista a uma busca realista de soluções), também me pergunto de que forma se pode encarar «uma espécie de monitoragem»²⁸ da parte dos estudiosos.... Para prevenir ou servir a quem?... E, logo, a quê? ...Não estou, de facto, a ver...²⁹

Mas ainda assim, pois, seria talvez para insistir, com uma explícita e inequívoca intencionalidade pragmática, nas dinâmicas da mudança que afinal accionam toda a prática social em situações como a de Angola, da base ao topo ou vice-versa (com tudo o que nelas intervém, bem entendido, incluindo as urgências, as tarefas, as contradições e as perplexidades nacionais imediatas e questões como as do pensamento, das expressões e das colocações sociais e políticas, subjectivas, identitárias ou localmente marcadas), ainda desta vez a partir das sociedades agropastoris e pastoris do nosso sudoeste e tendo em conta as intensas relações *transfrontalières* que aí se verificam e, porque não e dentro desse quadro, precisamente, situações de contorno muito específico e delicado como a dos processos de transição da prática da razia, componente dos sistemas pastoris endógenos, como atrás referi, para a do «roubo» moderno inscrito no sistema mercantil instalado. Qualquer coisa, portanto, dentro do *espírito* que me levou a escrever o *Aviso á navegação...* e a dar-lhe esse título.

Ou então, e reconhecendo ou presumindo haver ainda alguém interessado nisso da parte dos poderes políticos constituídos, admitir que possa rever-se o que se tem por adquirido, fixado e esgotado da parte dos estudiosos e insistir talvez na consideração e na busca de espaços e vias, modalidades e expressões de representatividade e de efectiva manifestação e aplicação da vontade e dos interesses comuns nacionais

²⁷ É o que diz o checo Antonin Cihem, animador da revista *Lettre Internationale*.

²⁸ Ver Calos CARDOSO & Manuel João RAMOS (2002), «Apresentação», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 2, pp. 7-9.

²⁹ Ou, pondo a questão noutros termos, a que tipo de acção e de aproveitamento, e em função de que interesses, poderá servir um conhecimento mais aprofundado e fundamentado da subjectividade política dos actores que intervêm nos processos que nos interessam, preocupam e ocupam.

e parcelares a partir de modelos políticos identificáveis e recuperáveis dentro de configurações locais a nível nacional, regional, continental ou mesmo universal, sobre as quais se exerce o exercício do Estado moderno, quer dizer, no âmbito dos programas em curso de instalação e procedimentos do modelo democrático que faz recurso às «autoridades tradicionais», ciente de que isso me induziria obrigatoriamente a alargar a atenção para o lado dos saberes não ocidentais, programa talvez de algum interesse para os intelectuais africanos³⁰, por um lado, e a encarar, pelo outro, o tratamento de alguns materiais que ao longo das minhas diligências anteriores fui deixando para mais tarde.

³⁰ Ver *Actas da Maianga...*